

BUEN VIVIR E A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO: reposicionando a comunicação e a cidadania no pensamento latino-americano¹

BUEN VIVIR AND A CRITICAL FOR DEVELOPMENT: repositioning communication and citizenship in Latin American thought

Denise Cogo²

Catarina Teresa Farias de Oliveira³

Daniel Barsi Lopes⁴

Resumo: *Esse artigo discute os princípios do Buen Vivir como uma perspectiva pós-capitalista de renovação crítica da ideia de desenvolvimento e de deslocamento da noção de comunicação para o desenvolvimento e de comunicação para a mudança social. Com base em pesquisa teórica e documental, a discussão proposta situa as possibilidades de articulação da perspectiva do Buen Vivir com a comunicação cidadã, no contexto do pensamento comunicacional latino-americano, a partir da revitalização de uma perspectiva de comunicação relacionada aos processos culturais.*

Palavras-Chave: *Comunicação. Desenvolvimento. Cidadania. Buen Vivir.*

Abstract: *This article discusses the principles of Buen Vivir as a post-capitalist perspective for a critical review of the conception of development as well as a migration from the notion of communication for development to communication for social change. Based on theoretical and documentary research, it proposes the possibility of relating the Buen Vivir perspective with popular communication, in the context of Latin American communication research, by revitalizing the perspective of communication related to cultural processes.*

Keywords: *Communication. Development. Citizenship. Buen Vivir.*

Introdução

Propomos, nesse artigo, apresentar e analisar os princípios do *Buen Vivir* como uma perspectiva pós-capitalista de renovação crítica da ideia de desenvolvimento, no contexto da

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do XXII Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal da Bahia, Salvador, de 04 a 07 de junho de 2013.

² Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS-RS. Pesquisadora do CNPq. E-mail: denisecogo@uol.com.br

³ Professora Adjunta de Sociologia da Universidade Estadual do Ceará, professora permanente do PPG de Comunicação da Universidade Federal do Ceará. E-mail: catarinaoliveira30@gmail.com

⁴ Professor da FANOR/CE e da FCRS/CE. E-mail: daniel_barsi@yahoo.com.br

sociedade contemporânea, e de deslocamento da noção de comunicação para o desenvolvimento e de comunicação para a mudança social. Com base em pesquisa teórica e documental, buscamos situar as possibilidades de articulação da perspectiva do *Buen Vivir* com a comunicação cidadã concebida no âmbito do pensamento comunicacional latino-americano, a partir da revitalização de uma perspectiva de comunicação menos instrumental e fundada na sua inter-relação com os processos culturais. No marco desta articulação, relacionamos brevemente, com base na proposta de Barranquero (2012), os três pressupostos conceituais que poderiam sustentar uma comunicação para a cidadania pautada pelo *Buen Vivir*.

2. Viver bem e não melhor: os fundamentos do *Buen Vivir*

O *Buen Vivir* – e suas variações terminológicas do *Vivir Bien*, do *Socialismo del Buen Vivir*, do *Sumak Kawsay*⁵ ou do *Suma Quamaña*⁶ – vem se constituindo como um princípio de renovação da crítica à noção de desenvolvimento ou, ainda, como uma filosofia ou plataforma política de construção alternativa ao desenvolvimento, formulada e difundida, desde o final dos anos 90, por intelectuais, movimentos sociais e governos no contexto latino-americano (ACOSTA, 2012; ACOSTA & GUDYNAS, 2012; MACAS, 2010; SANTOS, 2010; 2012). Como categoria filosófica, a expressão bem-viver foi enunciada, inicialmente, no ano de 1998, pelo filósofo Euclides Mance, um dos principais teóricos da Economia Solidária e da Filosofia da Libertação na América Latina. Em um artigo intitulado *A Revolução das Redes*⁷, Mance situa o bem-viver como um dos conceitos fundantes da estratégia de organização de redes colaborativas de economia solidária com vistas à construção de sociedades pós-capitalistas.

Com a tradução dessa expressão a diferentes idiomas, difundiu-se o termo *buen-vivir* na América Latina, que, anos depois, foi incorporado na constituição do Equador, juntamente com a noção de economia solidária a ela associada como setor econômico. A expressão bem-viver, que concebi no seio da filosofia da libertação, qualifica um determinado modo de exercerem-se as liberdades públicas e privadas. Em síntese, compreende-se que a realização das liberdades públicas e privadas exige condições materiais, políticas, educativas, informativas e éticas sem as quais essas

⁵ No idioma Quéchuá, da Bolívia.

⁶ No idioma Aymara, da Bolívia.

⁷ Síntese de um livro com o mesmo título publicado posteriormente. Ver MANCE (1999)

liberdades não podem se realizar ou se expandir. E que o sentido da realização dessas liberdades é assegurar sustentavelmente o bem-viver de todos⁸.

Para Acosta (2012), a filosofia do *Buen Vivir* surge no contexto das discussões pós-desenvolvimentistas e se constitui numa proposta que procura superar os discursos desenvolvimentistas, incluindo aqueles relacionados a outras formas de desenvolvimento, como o alternativo e o sustentável. Na visão de Acosta e de outros autores, como Céspedes (2010), as propostas desenvolvimentistas estariam fundadas em um “viver melhor” que sustenta dimensões centrais do sistema capitalista global, como a concentração de riquezas, a exploração do outro, o individualismo, a competitividade e a fragilização do comunitário.

Cabe lembrar, a esse respeito, que, a América Latina – especialmente o Equador e a Bolívia, dois contextos nacionais de presença importante da cultura indígena –, é o principal cenário de formulação e difusão internacional do *Buen Vivir*, paradigma incorporado, inclusive, às Constituições desses dois países em 2008⁹ e em 2009, ainda que não tenha sido implementado integralmente nas políticas e legislações que derivam desses marcos institucionais (BARRANQUERO, 2012, p. 73). O economista equatoriano Alberto Acosta, um dos principais teóricos do *Buen Vivir*, em âmbito nacional e internacional, foi ministro de Minas e Energia do Equador, entre janeiro e junho de 2007, além de ter presidido a Assembleia Constituinte que escreveu a nova Constituição do Equador, entre outubro de 2007 e julho de 2008¹⁰.

A natureza e a cultura indígenas são duas dimensões que aparecem na constituição dos postulados do *Buen Vivir*, cuja gênese pode ser situada nas raízes dos povos tradicionais autóctones da América Latina, tanto no que diz respeito aos saberes ancestrais indígenas

⁸ Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/coep/publico/consultarConteudoGrupo.aspx?TP=V&CODIGO=C2012624143824421&GRUPO_ID=15> Acesso em: 18 jan 2013.

⁹ No caso do Equador, o Plano Nacional para el Buen Vivir (2009-2013) propõe uma ruptura conceitual do desenvolvimento baseado em crescimento e em produção cada vez mais rápida e descartável em função de lucro, postulando, ainda, uma ruptura constitucional e democrática, visando à construção de uma sociedade justa, diversa, plurinacional, intercultural e soberana. Propõe uma ruptura ética e econômica e um redirecionamento dos recursos do Estado para educação, saúde e pesquisa científica. Essa ruptura deve concretizar-se através da democratização do acesso à água e à terra, ao crédito e ao conhecimento. Por fim, através de uma política social articulada com uma política econômica inclusiva e mobilizadora, o Estado deverá garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, sua dignidade como indivíduos e sua soberania como nação (SUESS, 2010; BARRANQUERO, 2012).

¹⁰ Um dos principais ideólogos da chamada Revolução Cidadã do Equador, Acosta, que também é professor e pesquisador da Flacso, tornou-se, posteriormente, um dos críticos do governo do presidente equatoriano Rafael Correa, e foi candidato à presidência do Equador nas eleições de 2013.

como no que tange à visão holística que predomina nessas culturas. Sua compreensão requer que lembremos, segundo sugerem Acosta (2012) e Barranquero (2012), que, em muitas das cosmovisões indígenas da região andina, não existe uma ideia análoga a de desenvolvimento, uma concepção de processo linear de desenvolvimento ou de um estado de subdesenvolvimento a ser superado ou, ainda, a de um desenvolvimento a alcançar. Além disso, essas cosmovisões não costumam associar a concepção de pobreza ou de subdesenvolvimento à carência de bens materiais, da mesma forma que não vinculam a riqueza à abundância desses bens (ACOSTA apud BARRANQUERO, 2012, p. 73).

Remetendo-se à Dávalos, Barranquero (2012) lembra que o conceito de *Sumak Kawsay* permite precisamente uma outra visão de natureza, que não desconhece os avanços tecnológicos e de produtividade, mas que, ao contrário, projeta esses avanços no interior de um novo contrato com a natureza, “em que a sociedade já não se separe desta nem a considere como algo externo, ou como uma ameaça, ou como outro radical, mas sim como parte de sua própria dinâmica, como fundamento e condição de possibilidade de sua existência futura” (BARRANQUERO, 2012, p 73/74).

O paradigma *Sumak Kawsay* significa “bem viver” como memória de um “bem viver” pré-colonial e tradicional do mundo andino e, ao mesmo tempo, horizonte de protesto e de luta contra o processo de destruição desse “bem viver” impulsionado pelo capitalismo agroindustrial globalizado. Em oposição à lógica do capitalismo neoliberal, que propõe “viver melhor” com mais mercadorias que ameaçam o equilíbrio ecológico e social, o conceito do *Sumak kawsay* propõe repartir os bens para que todos possam “viver bem”, introduzindo um elemento comunitário e solidário que poderia ser traduzido como conviver bem e em harmonia.

O cataclismo colonial e a destruição neocolonial de sua singularidade cultural e diversidade vivencial fazem os povos quéchua compreenderem seu passado como um mundo do bem viver. Esse bem viver dos povos andinos, hoje assumido como conviver harmonioso entre cosmo, natureza e humanidade, tem um horizonte universal. Saídas políticas no presente vivem, muitas vezes, da memória de um tempo bom, perdido e idealizado, ao mesmo tempo mítico e histórico. Com novas configurações históricas, a reconstrução desse tempo parece possível. O imaginário do passado pode ser e é, muitas vezes, o motor para transformações da realidade presente. Os dois países empenhados na reconstrução ou atualização do bem viver andino, Bolívia e Equador, nos fornecem poucos documentos históricos,

mas fragmentos vivenciais do bem viver pré-colonial: o comunitarismo, por exemplo, e a convivência harmoniosa com o meio ambiente (SUESS, 2011)¹¹.

Além das culturas indígenas latino-americanas, a filosofia do *Buen Viver*, segundo Acosta (2012), se aproxima também de outras formas de abordar a vida, presentes na cultura oriental, como aquelas relacionadas ao pensamento de Gandhi. Nesse sentido, embora venha sendo nomeado, também, como Novo Socialismo, o *Buen Viver* parece ir além do que já se propôs pensar sobre socialismo. Talvez venha daí a adjetivação de “novo” socialismo encontrada em Santos (2012) para demarcar que se trata de um paradigma que associa o caráter revolucionário do socialismo, em termos econômicos e políticos, a uma dimensão humana, em sua relação integrada com a natureza. Ao surgir de raízes comunitárias não capitalistas, distintas das ocidentais, o *Buen Vivir*, conforme ressalta Acosta (2012, p. 202), “rompe igualmente com as lógicas antropocêntricas do capitalismo como civilização dominante e também dos diversos socialismos realmente existentes até agora, em suma, propõe uma mudança da civilização”.

Esse breve resgate dos princípios fundamentais do *Buen Vivir* nos levam a indagar de que forma ele vem se constituindo como uma plataforma de renovação crítica da ideia de desenvolvimento, inclusive nas formas de desenvolvimentos alternativos ou sustentáveis. A própria diversidade de nomeações – plataforma, filosofia, princípio, perspectiva, paradigma – que assume o *Buen Vivir* em textos e autores de referência nos provoca indagações sobre os esforços que vêm sendo feitos para sua consolidação como concepção e prática que contribua efetivamente para essa renovação crítica das diferentes ideias de desenvolvimento que promova o deslocamento da atual ordem capitalista global e a instauração de uma outra lógica social mais justa e humanitária.

3. *Buen Vivir*: crítica renovada a quais desenvolvimentos?

Acreditamos que seja importante discutir brevemente as críticas aos processos de desenvolvimento em torno das quais vem se fundamentando o *Buen Vivir*. Embora a plataforma do *Buen Vivir* tenha alcançado maior visibilidade como decorrência de sua

¹¹ Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/501524-desafio-do-bem-viver-horizonte-politico-e-imperativo-profetico>> Acesso em: 15 jan. 2013.

introdução como conceito na Constituição equatoriana de 2008, seus idealizadores não parecem perseguir unicamente sua institucionalização como princípio ou mesmo postular a suficiência de um modelo único de sistema político ou econômico capaz de abrigar a proposta do *Buen Vivir*. Teóricos, políticos e militantes de movimentos sociais¹² vêm se ocupando em sistematizar e dar visibilidade ao *Buen Vivir* como uma plataforma de debate crítico em torno do pós-desenvolvimentismo e, ao mesmo tempo, de geração de alternativas ao desenvolvimento.

Se consideramos que o conceito de desenvolvimento é estruturante de um tipo de modernidade capitalista, podemos afirmar que o *Buen Vivir*, como princípio pós-desenvolvimentista e pós-capitalista, não deixa de promover a reemergência do debate em torno das possibilidades de uma utopia não moderna e não capitalista. Perspectiva que nos remete a alguns princípios já presentes na trajetória de luta pela constituição de um pensamento latino-americano autônomo, a partir de questionamentos lançados à ideia de modernidade ou, pelo menos, à concepção linear e unificadora de modernidade que vem alimentando oposições e hierarquias envolvendo, dentre outros, conceitos como de países pobres, países emergentes e países desenvolvidos.

Martín-Barbero (1995) é um dos pensadores latino-americanos que tem se dedicado à formulação de um conjunto de críticas em torno dessa visão – que poderíamos situar como pós-coloniais –, propondo que o conceito de uma *modernidade* única fosse substituído por uma ideia plural de *modernidades*. Ou seja, a possibilidade de “ser moderno” na América Latina pressuporia, antes de mais nada, o rompimento com a visão unitária do projeto de modernização europeia. Sua proposição de que a heterogeneidade da América Latina requer uma concepção de modernidade plural e descentralizada pode ser coerentemente generalizada para abranger a multiplicidade e a diversidade do mundo, que incluiria, sem hierarquizar, as chamadas culturas minoritárias, rurais ou populares, como as indígenas.

Um resgate dos cenários regionais latino-americanos e, também, dos panoramas globais das últimas décadas nos indicam que a emergência da proposta do *Buen Vivir* não está dissociada de princípios políticos, econômicos e sociais formulados historicamente como resultado de um conjunto de experiências da vida social, política e econômica da América

¹² Entre os teóricos mais conhecidos destacam-se aqueles já referidos aqui, como Boaventura de Souza Santos e Alberto Acosta. Este último também ligado ao campo político. No tocante aos movimentos sociais, podemos citar os movimentos indígenas na América Latina.

Latina. Dentre essas experiências situam-se a expansão dos ideais e das ideias pós-colonialistas; o crescimento, nos anos 1980 e 1990, de governos com perfis neoliberais, e o aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais geradas por suas políticas em vários países latino-americanos; a resistência de movimentos sociais populares, como aqueles vinculados às causas indígenas e socioambientais; as propostas de redes de economia solidária; a presença de igrejas e de teologias progressistas; os impactos, ainda que tardios, das teorias e dos movimentos feministas na vida social e política das populações latino-americanas; a ascensão de governos de esquerda com ênfase em projetos sociais e cidadãos a partir dos anos 2000. Como resume León (2010, p. 24):

En términos de la visión teórica y política que sustenta la propuesta del Buen Vivir, encontramos convergencias y articulaciones: visiones de los pueblos ancestrales, propuestas desde la economía feminista – que en términos temporales es precursora de la economía crítica: surge ya con un matiz anticapitalista, cuestionando la teoría económica por su parcialidad y por sus sesgos. Están también en esta arena común la economía ecológica – más reciente –, así como corrientes de la economía cristiana o ecuménica, que han tenido todas ellas como preocupación común la vida. El gran salto que se hace en términos de discurso económico con la noción del Buen Vivir es desplazar a la acumulación como categoría central de la economía, y situar la vida con esa centralidad.

Sem negar a validade histórica da busca ancestral pela satisfação das necessidades humanas relacionada à ideia de desenvolvimento, Acosta (2012) lembra que, como proposta global, a premissa do desenvolvimento se institucionalizou em 20 de janeiro de 1949, quando o presidente dos Estados Unidos, “Harry Truman, no quarto ponto de seu discurso perante o Congresso, definiu a maior parte do mundo como sendo ‘áreas subdesenvolvidas’. E anunciou que todas as sociedades teriam que perseguir uma só meta: ‘o desenvolvimento’” (ACOSTA, 2012, p. 198).

O início da Guerra Fria demarca a concretização e a expansão desse discurso do “desenvolvimento”, através da criação e da implementação de planos, programas, projetos, metodologias e manuais de desenvolvimento, bancos especializados em financiar o desenvolvimento, ajuda ao desenvolvimento, capacitação e formação para o desenvolvimento, comunicação para o desenvolvimento e muitas outras ações para alcançar o desenvolvimento. No horizonte desses discursos e das práticas que fomentaram predominava os pressupostos de “ser moderno” e “viver melhor”.

O desenvolvimento passou a justificar uma série de operações de intervenção e interferência, por parte dos chamados países centrais ou desenvolvidos, nos assuntos internos dos denominados países periféricos e subdesenvolvidos. As próprias denominações – países desenvolvidos, em vias de desenvolvimento e subdesenvolvidos, ou países ricos e pobres, países centrais e periféricos, etc. – foram afirmando e consolidando uma estrutura de dominação dicotômica que servia discursivamente para a manutenção de hegemonias e de relações de poder em diferentes instâncias da vida social.

Embora a reflexão de Acosta (2012) minimize os processos de resistência das sociedades latino-americanas frente aos discursos e ações desenvolvimentistas e possa sugerir um certo consentimento por parte dos chamados países pobres – em uma postura que ele identifica como “ato de subordinação generalizado e submissão” –, sua crítica não deixa de atestar a hegemonia perseguida e, muitas vezes, conquistada pela ideologia do desenvolvimento em diferentes contextos latino-americanos. O que nos convida a indagar a respeito da própria reiteração da noção de desenvolvimento contida nos esforços de redefinição e deslocamento do próprio conceito empreendidos na América Latina.

A partir de tal visualização binária, o mundo se organizou para alcançar o ‘desenvolvimento’. Nas últimas décadas, quase todos os países do mundo considerados não desenvolvidos buscaram o desenvolvimento. Quantos conseguiram? Muito poucos, e isso se aceitarmos que o que conseguiram é realmente ‘o desenvolvimento’. Na verdade, quando os problemas começaram a minar nossa fé no ‘desenvolvimento’, passamos a buscar alternativas de desenvolvimento, demos nomes para diferenciá-lo do que nos incomodava, mas seguimos no caminho do desenvolvimento: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento local, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento, desenvolvimento em escala humana, desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento com equidade de gênero, codesenvolvimento... Desenvolvimento, em resumo. O conceito de ‘desenvolvimento’, como toda crença, nunca foi questionado, mas simplesmente redefinido (ACOSTA, 2012, p 199).

Acosta (2012) reconhece que a América Latina desempenhou uma posição relevante na produção de revisões contestadoras do desenvolvimento convencional, em torno de perspectivas relacionadas, por exemplo, à teoria da dependência. No entanto, o autor não deixa de assinalar as limitações de muitas dessas abordagens heterodoxas e críticas produzidas sobre o desenvolvimento, especialmente no que se refere à sua pouca incidência nos núcleos conceituais da ideia de desenvolvimento convencional, concebida como

progresso linear e expresso em termos de crescimento econômico. Além disso, esse conjunto de questionamentos gerou uma onda de análises pouco articuladas entre si, ao mesmo tempo em que produziu um arsenal de críticas, esforços e mesmo propostas concretas que não foram, contudo, suficientes para a fragilização das ideias convencionais relacionadas ao desenvolvimento. Os esforços de busca de caminhos para outros desenvolvimentos se revelaram insuficientes para a problematização do próprio conceito.

A dificuldade reside no conceito. Um conceito que ignora totalmente os sonhos e as lutas dos povos subdesenvolvidos, muitas vezes truncados pela ação direta das nações consideradas desenvolvidas. Um conceito, que embora seja uma reedição dos estilos de vida consumistas e predadores dos países centrais, é impossível de ser repetido em nível global. Basta ver que atualmente tudo indica que o crescimento material infinito poderia terminar em um suicídio coletivo. [...] Se a ideia de desenvolvimento está em crise em nossa paisagem intelectual, devemos necessariamente questionar o conceito de progresso, entendido como a lógica produtivista de ter cada vez mais, que surgiu com força há uns 500 anos na Europa. Para cristalizar este processo expansivo, o capitalismo consolidou aquela visão que colocou o ser humano, figurativamente falando, fora da natureza [...] E com isso continuou acelerada a via para dominá-la e manipulá-la (ACOSTA, 2012, p. 198-200).

Nas críticas que dirigem aos conceitos de desenvolvimento, os teóricos do *Buen Vivir* referem-se mais diretamente ao sistema capitalista, postulando rupturas com “a lógica antropocêntrica do capitalismo”, especialmente o sistema capitalista global. Para Acosta (2012) e Santos (2012), o *Buen Vivir* propõe um novo projeto civilizatório como alternativa à crise econômica global vivenciada na atualidade, mas que é percebida, de modo singular, como uma crise permanente gerada pelo capital e que impacta as condições de subsistência, os modos de organização da produção e da reprodução econômica e social e os próprios modos de organização da vida em sociedade¹³. Conforme o pensamento de Magdalena León (2010, esse confronto entre a lógica do capital e a lógica da vida, “ha sido una constante en nuestra historia desde la imposición del capitalismo, pero es, al mismo tiempo, una base para las alternativas en tanto la lógica de la vida resiste y se proyecta como única opción de futuro” (LEÓN, 2010, p. 23). Nessa perspectiva, o *Buen Vivir* aponta para a necessidade de uma retomada de formulações fecundas que apontam para uma reconversão radical do próprio sistema capitalista neoliberal em torno de ideias como a de decrescimento ou não

¹³ Alguns teóricos do *Buen Vivir*, como León, propõem uma diferenciação entre crise do capital e crise gerada pelo capital, essa última percebida como uma crise permanente.

crescimento, *slow life*¹⁴, respeito à *biomimesis*¹⁵, *ou viver mais com menos*, defendidos por pensadores herdeiros dos postulados de Nicholas Georgescu-Roegen (2001), como Serge Latouche, Enrique Leff, Joan Martínez Alier, José Manuel Naredo e Jorge Riechmann (BARRANQUERO, 2012, p. 74).

Estamos diante de uma luta pela libertação enquanto esforço político que deve começar por reconhecer que o sistema capitalista destrói suas próprias condições biofísicas e sociais de existência. [...] O *Buen Vivir*, finalmente, propõe uma mudança civilizatória. É um caminho que deve ser imaginado para ser construído por cada sociedade, com fins de mudar este mundo e construir democraticamente outro que seja sustentável, justo, igualitário, livre e, seguramente, mais humano (ACOSTA, 2012, p. 214).

4. *Buen Vivir*: da comunicação para o desenvolvimento à comunicação como cultura

Embora noções como a de *Buen Vivir* e outras, como a de *Justiça ecossocial*, já se encontrem em desenvolvimento em áreas como a Sociologia, o Direito, a Economia e a Ecologia, ainda existem poucas pontes e articulações feitas entre essas duas propostas e a comunicação, conforme chama atenção Alejandro Barranquero (2012), um dos poucos autores que tem se dedicado a esboçar algumas dimensões teóricas possíveis para essa articulação. Existem, igualmente, iniciativas de aproximação entre o conceito de *Buen Vivir* e a comunicação levadas a cabo, especialmente, através da organização de fóruns de debate específicos por movimentos sociais, que se dedicaram a promover projetos e práticas de comunicação popular e cidadã na América Latina. Exemplos são o *Encuentro Latinoamericano de Comunicación Popular y Buen Vivir*, organizado, em setembro de 2012, pela ALER – Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica –, em Quito, Equador¹⁶. A interculturalidade, o gênero, o feminismo, a juventude, o sistema econômico e os meios de comunicação públicos são algumas das perspectivas que foram objeto de

¹⁴ Ver entrevista de Lopes disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/24069-smartphones-e-mobilidade-o-que-os-celulares-nos-permitem-hoje-entrevista-especial-com-tiago-lobes>> Acesso em: 07 fev. 2013.

¹⁵ Ciência que emula os mecanismos da natureza para criar novas tecnologias que resolvam problemas humanos. O termo provém do grego *bio*, que significa vida, e *mimesis*, que quer dizer imitar. Sua aplicação tem uma amplitude que abrange desde os negócios até a ecologia, o desenho e construção, envolvendo o estudo de modelos, sistemas, processos e elementos presentes na natureza para recriá-los, inspirá-los e realizar novos projetos de baixo impacto ambiental.

¹⁶ Ver site da associação disponível em: <<http://40.aler.org./>> Acesso em: 18 jan. 2013.

discussão nesse encontro. Outra iniciativa é a da mesa *Democratizar la Comunicación para El Buen Vivir*, realizada no marco do Fórum Mundial de Mídia Livre da Cúpula dos Povos Rio + 20, em junho de 2012¹⁷.

A observação desses esforços de articulação entre comunicação e *Buen Vivir* nos permite identificar a presença de questões que, de certa forma, já vêm orientando as experiências e os projetos de comunicação comunitária e cidadã na América Latina e que, a partir do *Buen Vivir*, parecem retomar vitalidade justamente em um momento em que perspectivas instrumentais impactam os currículos, as carreiras e a própria pesquisa em comunicação no continente, como decorrência da própria expansão do capitalismo global e tecnológico.

Em perspectiva similar às críticas dirigidas à ideia de desenvolvimento, a articulação entre o *Buen Vivir* e a comunicação tem impulsionado críticas específicas à dimensão instrumental que marca a presença da comunicação para o desenvolvimento e, uma de suas variantes, a comunicação para a mudança social. Como perspectivas que fundamentaram muitos dos projetos de comunicação dos movimentos sociais na América Latina, a comunicação para o desenvolvimento e a comunicação para a mudança social difundem-se pelo continente com o apoio de organismos e agências internacionais de cooperação, como a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), a UNESCO, o BM (Banco Mundial), a USAID (United States Agency for International Development), a AECID (Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo).

É na emergência desses organismos internacionais de cooperação que, associado à produção científica de fundamentos teóricos da comunicação, a partir dos anos 50, nos EUA, através de autores como Lasswell, Berlo, Schramm e Lerner (BARRANQUERO, 2012), se encontram as bases da trajetória dos estudos de comunicação para o desenvolvimento e para a mudança social, que se consolidaram no contexto acadêmico latino-americano e anglo-saxão, inclusive através da introdução de disciplinas específicas nos currículos dos cursos de Comunicação. Porém, a expansão da comunicação para o desenvolvimento que surge na América Latina tem como contraponto a perspectiva de uma comunicação mais crítica e participativa, que tem, entre seus principais teóricos, segundo afirma Barranquero (2012),

¹⁷ Disponível em: <<http://www.democraciaycooperacion.net/espacio-colaborativo/america-latina/adjunta-tus-documentos-para-el/articulo/democratizar-la-comunicacion-para>> Acesso em: 18 jan. 2013.

Luiz Ramiro Beltrán, Paulo Freire, Rosa Alfaro Moreno e Mário Kaplún. Materializada em experiências como a das rádios mineiras da Bolívia, a Rádio Sutatenza-ACPO da Colômbia, as redes de comunicação popular das comunidades eclesiais de base, etc., o caráter diferenciado dessa comunicação participativa no continente vai colaborar, sem dúvida, para a emergência de um conjunto de pressupostos críticos em torno da comunicação para o desenvolvimento.

Barranquero (2012) reúne, de forma sintética, três desses principais pressupostos críticos que apontam para insuficiência da comunicação para o desenvolvimento. A primeira delas reside justamente na ênfase excessiva em uma dimensão instrumental que marca essa perspectiva de comunicação, na medida em que os meios e as tecnologias são concebidos a serviço de algo, como é o caso da comunicação para a saúde, o meio ambiente, a educação, a cidadania. A limitação residiria na escassa valorização da autonomia e do potencial interdisciplinar da comunicação para articular diferentes áreas de conhecimento.

Uma segunda perspectiva crítica é a ótica demasiadamente universalista e procedimental a partir da qual a comunicação para o desenvolvimento vai se ancorar em ideais de desenvolvimento único advindos do Ocidente. Associada a desenhos e à execução de metodologias exportáveis – *edutainment*, *social marketing* – com base em parâmetros facilmente mensuráveis, como índices de desenvolvimento humanos, indicadores de conectividade das TICs, essa ótica omite, por norma, a reflexão situada e crítica que deveria ser o ponto de partida de qualquer método transformador. (BARRANQUERO, 2012)

Um terceiro pressuposto crítico levantado por Barranquero (2012) diz respeito à visão orientada ao desenvolvimento econômico e acumulativo relacionado às teorias da modernização ou, de modo mais amplo, ao desenvolvimento androcêntrico que se vincula ao paradigma participativo. Ambas as visões estão centradas na ideia de progresso do homem e nas suas possibilidades de intervenção sobre o ambiente natural. Nos últimos anos vêm sendo gestados questionamentos profundos sobre a visão linear e mecanicista desses programas. Algumas das problematizações partem de uma desconstrução e reelaboração do próprio conceito de desenvolvimento – com base em etiquetas e acréscimos, conforme já mencionado aqui – como é o caso de pós-desenvolvimento, outro desenvolvimento, desenvolvimento humano, desenvolvimento integral, desenvolvimento sustentável, mudança social sustentável. Nesse aspecto, o *Buen Vivir* se constituiria em uma das proposições que se alinhariam à

ruptura do ideal de progresso ou mudança social para focar sua preocupação em dimensões como justiça social e ecológica, cidadania e empoderamento.

No âmbito dessas formulações, situam-se igualmente as críticas aos esforços de revitalização da comunicação para o desenvolvimento representadas pela chamada comunicação para a mudança social. Essas críticas buscam evidenciar os poucos avanços obtidos, pela área da comunicação, na revisão profunda da matriz funcionalista e evolucionista do conceito de mudança social, ao contrário do que é possível observar em outras disciplinas, como a sociologia¹⁸.

As proposições de especialistas em torno da comunicação para a mudança social contribuíram para relançar o debate e revitalizar o campo da comunicação para o desenvolvimento, a partir da publicação dos primeiros manuais e antologias sobre a matéria. Barranquero (2012) cita aqueles de autoria de Gumucio–Dagron (2001) e Gumucio y Tufte (2006), da realização de congressos mundiais, como o *World Congress on Communication for Development*, em Roma, em 2006, e da articulação de programas de formação coordenados – Red de Universidades de Comunicación para el Cambio Social y el Desarrollo, em 2005.

El objetivo era desestimar la noción poscolonial y moderna de *desarrollo*, al tiempo que se definía un programa común para el nuevo siglo, basado en un enfoque dialógico, participativo y endógeno de la comunicación, y en la articulación de un cambio asentado en dinámicas comunitarias (BARRANQUERO, 2012, p. 64).

Em sua revisitação, Barranquero (2012) afirma que são escassos os questionamentos estruturais em torno da comunicação para a mudança social, no que se refere aos seus fundamentos de partida e seu programa originário situados na comunicação para o desenvolvimento, propondo, então, pelo menos três premissas de articulação do *Buen Vivir* e da comunicação, que permitam um deslocamento da comunicação para o desenvolvimento e da comunicação para a mudança social. As três não deixam de sugerir, contudo, que consistem em uma revitalização de postulados que já orientaram ou orientam o pensamento e

¹⁸ Barranquero remete às reuniões realizadas em Bellagio (1997) e Cidade do Cabo (1998) como os dois momentos vitais de promoção da nova ideia de comunicação para a mudança social como uma reorientação ou reciclagem da ideia de comunicação para o desenvolvimento, formulada por alguns dos mais relevantes profissionais e teóricos da questionada comunicação para o desenvolvimento. As reuniões foram financiadas pela Fundação Rockefeller e, posteriormente, pelo Consorcio de la Comunicación para el Cambio Social.

a prática da comunicação popular, comunitária e cidadã na América Latina ou da chamada comunicação crítica e participativa.

Como utilizar os meios de comunicação para introduzir o desenvolvimento na sociedade? Barranquero (2012) nos instiga justamente a mudarmos a pergunta orientadora do horizonte da comunicação para o desenvolvimento e da comunicação para a mudança social, com o objetivo de criação de outra perspectiva de ciência nessa área. O autor propõe que reorientemos o enunciado e nos perguntemos sobre “como pensar a justiça ecossocial e a vida boa a partir da comunicação e da cultura?” Um reordenamento a partir do qual o pesquisador nos provoca com três premissas para avançarmos nos fundamentos de uma comunicação cidadã baseada no *Buen Vivir*.

Um primeiro fundamento diria respeito ao próprio deslocamento de uma comunicação centrada nos meios e tecnologias de apoio ao desenvolvimento para uma comunicação que esteja articulada aos processos culturais, sociopolíticos ou econômicos e disponha de capital mobilizador para a mudança da atual ordem econômica e social. Uma concepção de comunicação que não seja meramente linear e cumulativa ou baseada em meios e tecnologias, mas capaz de recuperar a palavra invisibilizada de sujeitos, setores e movimentos sociais e na articulação de *novas linguagens de valoração* (MARTÍNEZ ALIER, 2005), estéticas, imaginários, cosmovisões ou modos de vida.

Um segundo fundamento da comunicação cidadã articulada ao *Buen Vivir* seria a promoção de sistemas ou práticas cooperativas que rompam com desenhos metodológicos universalistas e com indicadores que opõem as dimensões de *desenvolvidos* às de *em vias de desenvolvimento*. A esse respeito, Barranquero (2012) lembra que o postulado de uma ciência híbrida fundamentada em fazeres e reflexões menos institucionalizados, procedentes das práticas e dos saberes oriundos do ativismo midiático transformador, contribuiria para a incorporação de multiplicidade de facetas relacionadas a uma vida melhor, como a sociabilidade, a solidariedade, a diversidade, os direitos humanos, a justiça ecológica, etc. Exemplos atuais são as experiências de protestos, mobilizações e ações sociais em que a comunicação participativa vem sendo empregada para refletir acerca do viver bem e da justiça, como é o caso de movimentos recentes em países árabes, como Egito, Tunísia, ou, ainda, os movimentos *15-M* (Espanha) e *Occupy Wall Street* (Estados Unidos).

Uma concepção *biocêntrica* de mudança ecossocial capaz de superar as falsas dicotomias entre cultura e natureza, homem e ambiente, desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável, seria um terceiro fundamento proposto por Barranquero para o deslocamento de uma concepção baseada no desenvolvimento antropocêntrico do ser humano, que tem ocorrido às custas da natureza.

4. Considerações finais

As reflexões apresentadas nesse artigo sugerem que, para além de uma disciplina, a comunicação relacionada ao *Buen Vivir* é um programa que se constitui a partir dos questionamentos das bases estruturais do desenvolvimento e da comunicação para o desenvolvimento e para a mudança social, propondo a constituição de um campo conceitual e instrumental de luta para o enfrentamento das lógicas coloniais de negação e exclusão do “outro” e dos processos sistemáticos de destruição das condições que tornam possível a vida no planeta (LANDER, 2012). Nessa perspectiva, o *Buen Vivir* funda-se na ideia de que há muitos caminhos e possibilidades para uma vida melhor. Sustentada nos processos culturais, a comunicação relacionada ao *Buen Vivir* nos convida a encontrar esses caminhos através da dimensão da interculturalidade ou do diálogo intercultural, que nos assegura a compreensão da incompletude intrínseca a qualquer cultura e nos convida ao compartilhamento de nossos discursos como condição essencial para a reinvenção de um presente precário e incerto (BARRANQUERO, 2012).

O *Buen Vivir*, de bases filosóficas utópicas, focado em processos de transformação, parece propor algo para além do ciclo de força hegemônica. Desse modo, ampliaria as demais propostas de desenvolvimentos alternativos por ser enfático em processos de transformação. O *Buen Vivir* vincula-se à perspectiva participativa das práticas de comunicação popular, mas demanda uma articulação maior entre processos estruturais e projetos políticos mais arrojados de transformações políticas e sociais com caráter também macro. Em termos teóricos, estão presentes na filosofia do *Buen Vivir* necessidades de mudanças estruturais no sistema, mas, também, são necessárias a esta filosofia encaminhamentos práticos para que esta transformação possa se efetivar. Se as mudanças permanecerem apenas ligadas às lutas ofensivas e defensivas pela comunicação de caráter mais micro e comunitário, isso parece

relevante, mas não suficiente. É preciso que haja uma transformação maior em termos de políticas de comunicação e de estrutura social do sistema capitalista, que amplie o aprendizado micro de participação gerado pelos movimentos sociais populares para experiências de comunicação macro que possam ser experimentadas e acessadas pela sociedade de forma plural e também ser incluídas em iniciativas de instituições com maior poder político e econômico na sociedade.

Referências

- ACOSTA, Alberto. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: BARTELT, Dawid. **Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012.
- ACOSTA, Alberto; Gudynas, Eduardo. A renovação da crítica ao desenvolvimento e o Bem Viver como alternativa. **Revista IHU On-line**. Edição n. 410, ano XII, 2012.
- BARRANQUERO, Alejandro. De la comunicación para el desarrollo a la justicia ecosocial y el buen vivir. **CIC – Cuadernos de Información y Comunicación**. v. 17, p. 63-78, 2012.
- CÉSPEDES, David. Hacia la reconstrucción del Vivir Bien. **América Latina em movimiento**. Año XXXIV, II época, p. 8-13, 2010.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **Ensayos bioeconómicos**. Madrid: Catarata, 2001.
- GUMUCIO-DAGRON, Alfonso. **Haciendo olas: historias de comunicación participativa para el cambio social**. Nueva York: The Rockefeller Foundation, 2001.
- GUMUCIO-DAGRON, Alfonso; TUFTE, Thomas (eds.). **Communication for social change anthology: historical and contemporary readings**. New Jersey: Communication for Social Change Consortium, 2006.
- LANDER, Edgardo. **Plurinacionalidad e interculturalidad: retos de una convivencia democrática hacia el Buen Vivir**. Encuentro de Comunicación Popular e Bien Vivir. Quito, 2012.
- LEÓN, Magdalena. Reactivación económica para el Buen Vivir: un acercamiento. **América Latina em movimiento**. Año XXXIV, II época, p. 23-26, 2010.
- MACAS, Luis. Sumak Kawsay: la vida em plenitud. **América Latina em movimiento**. Año XXXIV, II época, p. 14-16, 2010.
- MANCÉ, Euclides André. **A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MARTÍN-BARBERO, J. Modernidad, posmodernidad, modernidades: discursos sobre la crisis y la diferencia. **Intercom - Revista Brasileira de Comunicação**. v. 23, n. 2, p. 12-33, 1995.
- MARTÍNEZ ALIER, Joan. **El ecologismo de los pobres: conflictos ecológicos y lenguajes de valoración**. Barcelona: Icaria, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Souza. De las dualidades a las ecologías. **Cuaderno de Trabajo**, n. 18, 2012.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Hablamos del socialismo del buen vivir. **América Latina em movimiento**. Año XXXIV, II época, p. 4-7, 2010.
- SUESS, Paulo. Desafio do Bem Viver: horizonte político e imperativo profético. **Revista IHU On-line**. Edição n. 412, ano XII, 2012.
- SUESS, Paulo. Elementos para a busca do bem viver - sumak kawsay - para todos e sempre. **Revista IHU On-line**. Edição n. 410, ano XII, 2010.